DIÁRIO OFICIAL
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

São Francisco de Paula, Sexta-feira, 06 de Novembro de 2026 - **Edição** 717

PODER EXECUTIVO

LICITAÇÕES E CONTRATOS

LICITAÇÃO Nº 113/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2026

O Município de SÃO FRANCISCO DE PAULA torna público que está procedendo a **SUSPENSÃO DO SEGUINTE PROCESSO LICITATÓRIO: Licitação nº 113/2026, Pregão Eletrônico nº 79/2026 -** Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e execução de serviços de instalação no âmbito de expansão e modernização do sistema de iluminação pública do Município de São Francisco de Paula/RS. Informações disponíveis no site: www.saofranciscodepaula.rs.gov.br. 06 de novembro de 2026. Thiago Carniel Teixeira, Prefeito.

EDITAIS

EXTRATO DO EDITAL N.º 261/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor THIAGO CARNIEL TEIXEIRA, através da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, no uso de suas atribuições legais e nas condições e exigências estabelecidas neste Edital, **TORNA PÚBLICO** o Chamamento para Credenciamento de Food Truck, Trailers de Alimentação para participar do Espetáculo “A Alma do Natal em São Francisco de Paula”.
EDITAL COMPLETO: Disponível a partir desta data, no site https://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/portal/editais/0/3/5800/.
Gabinete do Prefeito, Município de São Francisco de Paula.
Thiago Carniel Teixeira
Prefeito

São Francisco de Paula, Sexta-feira, 06 de Novembro de 2026 - **Edição** 717

Diário Oficial do Município de São Francisco de Paula/RS

CNPJ: 88.756.879/0001-47

Endereço Avenida Benjamin Contant, N° 1441 - Cipó

Telefone: (54) 3244 1214 - (54) 3244 3214

E-mail: protocolo@saofranciscodepaula.rs.gov.br

Horário de Atendimento: Segunda-feira a Sexta-feira das 08h30min às 11h30 e à tarde das 13h30min às 17h

Publicação de acordo com os dispositivos da Lei Municipal n° 3.835/2023, de 25 de agosto de 2023

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal n° 14.063/2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.